

# **COM A LEI 10639/2003 O EXERCÍCIO DE UM NEGRO OLHAR NA EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE O CICLO DE FORMAÇÃO CONTINUADA OLHARES IGUAÇUANOS**

Ana Paula Cerqueira Fernandes – UFRRJ/PPGeduc

## **1. Introdução**

Quando nos debruçamos sobre a história mais recente de nosso país, podemos perceber quão forte tem sido a presença dos movimentos sociais no cenário de luta e embates em favor da educação. Esta tem sido bandeira de luta que aglutina correntes diversas. Por vezes banalizada, mas um campo minado de tensões e disputas que refletem o cenário político e ideológico no qual estamos mergulhados: a sociedade de classes. Nela as desigualdades sócio-econômicas estabelecem fronteiras entre os homens; criam guetos, hierarquizam as relações e inferiorizam grupos que historicamente estiveram à margem do processo civilizatório ocidental, em especial a população negra deste país. Munanga esclarece que definir negro no Brasil não seja tarefa fácil:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. No contexto atual, no Brasil a questão é problemática. (MUNANGA, 2004, p.52)

Para além de uma questão meramente conceitual, a expressão evidencia uma tomada de posição que vai ao encontro do desejo de construção de uma identidade nacional que incorpore o legado histórico, étnico e cultural que negros e seus descendentes trouxeram de África para o Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por população negra brasileira entenda-se o resultado do somatório de indivíduos pretos e pardos contabilizados nas pesquisas estatísticas tendo por critério a auto declaração. Paixão ao analisar os dados estatísticos coletados no censo de 2010 elenca motivos que possibilitam a aproximação para análise entre pretos e pardos, pelos seguintes motivos:

ii. Esta aproximação só se torna compreensível pelo fato de que os pardos, tal como pretos, são identificados e discriminados no interior da sociedade, sendo, portanto, sujeitos às mesmas barreiras à sua realização socioeconômica;

iii. Existência de uma perspectiva política, no movimento negro, de entendimento de que os diversos matizes comportam uma unidade comum. (PAIXÃO, 2010, p. 28)

Contabilizando os embates no campo educacional para a reparação das desigualdades sociais e econômicas que acometem de forma mais sistemática os negros, compactuo com a idéia de que a participação dos Movimentos Negros, através de suas reivindicações tem sido de efetiva importância. Exemplo concreto de tais avanços no contexto educacional é a Lei 10639/03 que altera a LDB em seu artigo 26A para incluir no currículo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Este precedente legal veio impulsionar um movimento que não pode mais recuar, sendo preciso para tanto ampliar as redes de reconhecimento e valorização da população negra que compõem a nação brasileira. Pois conforme o Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação:

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. (BRASIL, 2004, p.04)

Estes reconhecimentos exigem que a Educação concentre seus esforços na tarefa da formação de sujeitos críticos, e comprometidos com a construção da sociedade do século XXI onde o respeito e valorização das diversidades seja regra e não mais exceção. Inserida neste contexto multicultural, está Nova Iguaçu, cidade da Baixada Fluminense. Segundo o IBGE, a população iguaçuana é constituída por 55% de pretos e pardos. Este dado revela a cor de uma cidade que precisa avançar mais e mais na implantação de políticas públicas cujo compromisso com o reconhecimento e a valorização da identidade e da história dos afro-brasileiros seja uma realidade. Gomes (2011) e Régis (2012) em suas pesquisas apresentam estudos relativos as experiências de implementação da Lei 10639/03. A realidade demonstra a fragilidade do grau de maturidade gerencial das ações com foco na lei conforme preconiza o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais. A promulgação da lei ratifica a necessidade de ampliação e promoção de círculos de estudos e pesquisas na temática para que educadores possam desenvolver práticas inovadoras e assertivas no combate ao preconceito racial que permeia a sociedade brasileira. Ampliar as redes de pesquisa que trabalham no sentido de fortalecer o princípio da igualdade e da equidade a todos é movimento urgente para que possamos desconstruir o mito da democracia racial.

## **2. Objetivos**

Articulada a essas discussões, este trabalho é um recorte da pesquisa em andamento no mestrado, cuja questão central investiga as políticas de formação continuada para professoras implantadas pela Semed/NI com o objetivo de conferir se as mesmas vêm contribuindo, ou não, para mudanças efetivas na prática docente. Aqui nos ocuparemos apenas com a análise de um dos ciclos propostos em 2010, denominado Olhares Iguaçuanos: retratos de um Brasil em preto e branco para investigar até que ponto tal processo de formação continuada contribuiu para mudanças efetivas na prática dos docentes envolvidos, promovendo ou não uma pedagogia multicultural crítica e ainda qual o papel da equipe de gestão das escolas diante do tema abordado. Pois o currículo escolar, dependendo da forma como é instituído, pode ser um aliado ou adversário na tarefa da inclusão dos estudos étnico-culturais. Quando aberto à diversidade este deve ser construído levando-se em conta os diversos saberes que convivem e interagem no cenário das instituições educacionais.

### **3. Referencial Teórico**

O estudo está fundamentado em Moreira(2005), Munanga(2004/2008), Canen(2008), Maclaren(2000), SISS(2002),Gomes(2011),Régis(2012),entre outros para que possamos articular a formação de professores, com a produção de práticas pedagógicas multiculturais críticas que tenham o compromisso com uma educação antiracista e combativa a todas as formas de discriminação, pois ainda é preocupante o grande número de professores que desconhecem, ignoram e ou repudiam a necessidade de uma abordagem multicultural. Pensar a cultura brasileira sem as vertentes indígena e africana é desconsiderar o processo histórico do qual somos fruto. Segundo Canen (2008) a pluralidade paradigmática defendida pelo olhar multicultural é fator positivo, pois:

O multiculturalismo pode representar uma lente que auxilia no diagnóstico de tensões entre visões que se pretendem mais “universalistas” e outras mais “relativistas” na abordagem de temas mais convencionais da educação. (CANEN, 2008, p. 302)

O Multiculturalismo crítico aqui definido como movimento teórico e político que rompe com a ideia de homogeneidade cultural, busca dar voz àqueles que foram silenciados e oprimidos na história. Tal movimento entende que as representações de raça, classe e gênero se constituem como resultado de lutas sociais ampliadas sobre “signos e representações”.

**4. O Projeto Olhares Iguaçuanos: retratos de um Brasil em preto e branco: algumas considerações.**

Em 2010 a SEMED\_NI realizou uma pesquisa junto aos seus professores. Esta ação envolveu 820 regentes das escolas municipais. Dentre as inúmeras questões investigadas uma fazia referência imediata ao conhecimento sobre a Lei 10369/2003. Quarenta e cinco por cento (45%) dos entrevistados declararam conhecer, mas não dominar a lei 10639/2003. Este dado evidencia a fragilidade no processo de formação inicial e continuada dos profissionais de educação no tocante aos temas que envolvam a aplicabilidade da Lei. Diante deste diagnóstico, foi lançado para toda a rede o projeto “Olhares Iguaçuanos: retratos de um Brasil em preto e branco” para contribuir para a mudança no quadro de pouco conhecimento e falta de instrumentalização. Concebido tendo por objetivo a valorização da história da parcela afro-brasileira da população iguaçuana. A fotografia foi o recurso pedagógico apresentado e buscou referências nos trabalhos de Pierre Verger, Sebastião Salgado e Paulo Santos (este último fotógrafo negro que atua na Baixada Fluminense) para aprender como a arte da fotografia pode ser uma rica estratégia pedagógica em favor da construção da identidade negra. A adesão ao projeto foi voluntária, tendo participado do mesmo sessenta e um professores que ao longo de seis encontros de troca e estudo tiveram a oportunidade de dialogar com/sobre a importância da relação educação e diversidades.

O Projeto teve a duração de 44 horas. Ao longo da formação os cursistas desenvolveram atividades pedagógicas nas escolas, articulando sua prática pedagógica aos referenciais teóricos apresentados nos encontros. Durante a etapa da formação destinada ao trabalho de campo, os professores tiveram a missão de capturar e apresentar as imagens por eles registradas para toda a comunidade escolar. Inicialmente foi proposto pela Secretaria que cada escola organizasse uma exposição fotográfica que tivesse no mínimo doze imagens que contribuíssem de forma positiva para a elevação da auto-estima e valorização da identidade da parcela negra presente nas escolas. Cada participante teria a missão de exercitar um “negro olhar”, focado nas marcas da presença africana e afro brasileira no universo escolar. As “lentes” foram o pretexto e mesmo um convite à reflexão; uma pista para que o grupo pudesse encontrar respostas a cerca das indagações: O que nos torna brasileiros/as? Quais são as marcas de nossa brasilidade? Somos um país multicultural?

Todavia, das cento e vinte e cinco escolas da rede pública daquele município, apenas sessenta delas apresentaram inscrições para esta formação e deste recorte amostral apenas trinta e cinco concluíram integralmente o projeto. Estes números sinalizam uma adesão tímida e pouco expressiva que só fragiliza o processo de consolidação de uma educação anti-racista e combativa as formas de discriminação étnico/racial.

A lição que fica deste processo é que a percepção desta diversidade deve fortalecer as redes de diálogo com os “outros” na sua alteridade. O diverso é plural, mas também único em suas histórias e percepções de mundo. A escola deve estar atenta ao exercício esta pluralidade e nós, educadores e educadoras precisamos protagonizar esta mudança de paradigma: exercitando um olhar enegrecido, orgulhoso de suas origens e ancestralidade para que ele seja crítico inclusivo e combativo a qualquer forma de discriminação, preconceito e exclusão.

## Referências

BRASIL. Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da educação, 2003.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, SECAD, 2004.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. Brasília: Conselho Nacional de educação, 2004.

CANEN, Ana. A pesquisa multicultural como eixo na formação docente: potenciais para discussão da diversidade e das diferenças. In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro. v.16, n. 59, p.297-308, jun., 2008

GOMES, Nilma Lino; Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva(Orgs.) Experiências Étnico - Culturais para Formação de Professores. 3ª Edição. Minas Gerais: Editora Autentica, 2011.

MACLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

MOREIRA, Antônio F. & TADEU Tomaz (Orgs). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2005.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos avançados.*, vol.18, n.50, pp. 51-66. São Paulo. 2004.

PAIXÃO, Marcelo (Org.) Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Editora Garamond Ltda. 2010

REGIS, Kátia. Relações Etnicoraciais e Currículos Escolares\_ análise das teses e dissertações em educação. São Luis: EDUFMA, 2012.

SISS, Ahyas. Dimensões e concepções de multiculturalismo: considerações iniciais. In: Cadernos Penesb, Niterói, Editora da UFF, nº. 4, p.145-160, 2002